

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



## O DIRETOR DA SOCIEDADE ANÔNIMA: REGIME JURÍDICO E RESPONSABILIDADES

### Autor(res)

Marcelo Queiroz Alves De Oliveira  
Christian Lopes De Oliveira  
Leticia Muniz De Assis  
Maria Clara Dos Santos Alves Oggioni  
Ellen Cristina Honório Samora

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

### Introdução

Inicialmente, se faz mencionar que a sociedade anônima, disciplinada pela Lei n. 6.404/64, caracteriza-se por ter personalidade jurídica e ser necessariamente empresarial.

Especificamente no que tange aos diretores das sociedades anônimas, eles são considerados como órgãos administrativos que diferem do conselho de administração. Ele é responsável por representar a empresa, administrar seus negócios e tutelar os interesses dos acionistas, devendo agir com diligência, lealdade e responsabilidade.

Cabe mencionar que os diretores da S/A têm poderes de atuação isolada, além de possuírem poderes de representação da companhia, salvo se o contrário for estabelecido no estatuto.

É notório que as responsabilidades jurídicas dos diretores de uma sociedade anônima são extensas e impactam diretamente a governança corporativa, a confiança da empresa e a confiança dos investidores e demais partes interessadas. Por isso, torna-se essencial compreender o regime jurídico que rege suas atuações.

### Objetivo

Este resumo expandido visa apontar os aspectos mais importantes dos deveres e responsabilidades que possuem os diretores das sociedades anônimas.

Neste sentido, este trabalho objetiva analisar de forma pormenorizada quais são os deveres e quais são as responsabilidades dos diretores da sociedade anônima, seja na esfera civil, penal, administrativa ou tributária.

### Material e Métodos

Os materiais utilizados para a elaboração deste resumo expandido, fora a Lei n. 6.404/64, também conhecida como Lei das Sociedades por Ações.

O presente resumo expandido se valeu de outras legislações cruciais como por exemplo a Lei n. 10.406/02, também conhecida como Código Civil, bem como a Lei n. 5.172/66, intitulada no ordenamento jurídico brasileiro

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



como Código Tributário Nacional.

Neste sentido, foi possível abordar de forma mais ampla acerca das obrigações e responsabilidades dos diretores das sociedades anônimas diante do descumprimento de alguma norma ou ainda em virtude da prática de qualquer ato que cause prejuízos a outrem.

Por fim, este trabalho teve como substrato alguns entendimentos doutrinários, como os ensinamentos e esclarecimentos do professor e doutrinador Côrrea-Lima, no que tange ao objetivo do ramo empresarial, bem como o entendimento do ilustre jurista Serpa Lopes no que se refere as responsabilidades dos administradores de uma sociedade anônima.

### Resultados e Discussão

Ocorre que o diretor da sociedade anônima poderá ser responsabilizado pelos atos e decisões tomadas no exercício de sua função. Neste sentido, o artigo 158 da Lei n. 6.404/1976 trata da responsabilidade dos administradores.

A condenação do diretor da sociedade anônima na esfera penal implica no reconhecimento das demais, haja vista a gravidade que envolve. Todavia, a absolvição penal não enseja, necessariamente, na improcedência do ilícito civil e administrativo.

A lei responsabiliza o administrador pela obrigação tributária decorrente dos atos praticados com excesso de poderes, infração de lei, contrato social ou estatutos.

Assim sendo, é imprescindível que o diretor atue em perfeita consonância com a legislação em vigor e com o estatuto social, haja vista que os atos que praticar de forma ilícita ou que de algum modo causar prejuízos a outrem resultarão em sérias consequências a responsabilidades em diversas esferas legais.

### Conclusão

Conforme já exposto, são considerados administradores todos aqueles que integram o Conselho de Administração, quanto este existir, ou a Diretoria, podendo ser ou não acionista, nos termos do Estatuto Social.

A Lei n. 6.404/64 fixa os deveres básicos dos administradores, podendo o Estatuto Social estabelecer outros tantos, como os deveres de diligência, de não ocorrência de desvio de poder ou de finalidade, de lealdade, de não realizar operação em conflito de interesses e o dever de informar.

### Referências

BRASIL. Código Civil. decreto lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm) . Acesso em 06 de abril de 2024.

BRASIL. Código Tributário Nacional. decreto lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm) . Acesso em 06 de abril de 2024.

BRASIL. LEI No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Brasília : Presidência da República, 1976. Disponível em:

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm) >. Acesso em 06 de abril de 2024.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina. Responsabilidade civil dos administradores de sociedades anônimas. Rio de Janeiro: Aide, 1989.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil, Vol. 1, 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Responsabilidade Civil, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1990.